

XXIX Congreso Latinoamericano de Sociología
Asociación Latinoamericana de Sociología

Florestan Fernandes e seus contemporâneos: Gino Germani e C. Wright Mills¹

Miriam Limoeiro Cardoso
Universidade Federal do Rio de Janeiro
GT 17 – Pensamiento latinoamericano y teoría social
Comunicação de investigação em curso
Desenvolvimento, Modernização, Ideologia

Resumo

A contribuição latino-americana à teoria sociológica no século XX é extremamente relevante, reconhecidamente quanto à chamada teoria da dependência, mas de modo algum se restringe a esta enquanto tal. Interessa-me, sobretudo, a produção de meados do século, com atenção especial ao processo por meio do qual ela se concretiza: destacando alguns autores entre os mais importantes (nos quais se incluem, e às vezes até principalmente, autores não latino-americanos), considerando suas afinidades e suas diferenciações, seus embates teóricos e seus vínculos com a história concreta das suas sociedades.

Neste trabalho, proponho submeter a esse tipo de análise formulações de Florestan Fernandes, Gino Germani e C. Wright Mills sobre mudança social, referida especialmente à América Latina, num momento determinado em que estes autores dialogam entre si e confrontam suas formulações, nos anos 50-60 do século XX.

Gino Germani pode ser considerado como o grande propulsor da teoria da modernização na América Latina, a partir principalmente do esquema teórico e metodológico de matriz parsoniana. Sua ênfase no processo de secularização ou modernização se apoia na construção de uma tipologia dicotômica, como os dois extremos de um continuum. Trabalha com a dicotomia secular-sagrado (e outros termos equivalentes) como o modelo sociológico do que também se descreve como “desenvolvimento econômico”. Enfatiza a racionalidade instrumental como tendência da mudança na organização social, em que o predomínio das ações prescritivas se transforma em ênfase nas ações eletivas, preferencialmente de tipo racional; a institucionalização do tradicional cede lugar à institucionalização da mudança; o conjunto de instituições relativamente indiferenciado passa a uma crescente diferenciação e especialização.

Florestan Fernandes aponta para a desconstrução da noção de “desenvolvimento” enquanto conceito ao qual se pretendia conferir estatuto de cientificidade. Porque a noção de desenvolvimento é inextricavelmente vinculada às noções de evolução social e de progresso, ou então aparece apenas como designação de mudança social genérica. Quanto à concepção de evolução social, julga necessário que se considere o organicismo e o evolucionismo impregnados nela e indispensável que se leve em conta as implicações éticas da noção de progresso. Propõe investigar “desenvolvimento” como fenômeno de dinâmica social, em termos especificamente de Sociologia científica. Não deixa de considerar a dimensão histórica concreta do projeto desenvolvimentista na América Latina e indica uma dificuldade de ordem moral: compreende que fatores extra-científicos podem afetar o trabalho do sociólogo, sobretudo quando cheguem a definir “as próprias diretrizes da investigação”. E, apoiando-se explicitamente em Durkheim, Mannheim, Fromm e especialmente em Max Weber, questiona os vínculos dos alvos do projeto de desenvolvimento social com a estrutura de poder estabelecida na sociedade.

C. Wright Mills questiona o evolucionismo do século XIX quando pensa todas as sociedades se movendo em direção a “O Desenvolvimento”. Propõe a inclusão de um terceiro termo (“the properly developing society”) à simples oposição entre “underdeveloped society” e “overdeveloped society”. Relaciona questões que precisam ser colocadas para pensar a mudança social: quais mudanças? Em qual tempo? Em qual direção? Quais as condições requeridas? Vincula a ajuda dos Estados Unidos a outros países com a relevância militar que esses países tenham para os Estados Unidos. Entende o desenvolvimento como um problema político e não apenas econômico. Duvida que a acumulação rápida de capital necessária à industrialização possa ocorrer sob um sistema democrático. Acredita que nem a URSS nem os Estados Unidos sejam uma democracia substantiva: nenhum dos dois constitui “a properly developing society”. Manifesta sua esperança de que os países da América Latina possam “liberar sua imaginação cultural” desses dois modelos, “especialmente o da América do Norte” e pensar livremente o que realmente querem.

Interessam-me aqui as formulações de Florestan Fernandes (“Atitudes desfavoráveis ao desenvolvimento”), Gino Germani (“Secularización y desarrollo económico”) e C. Wright Mills (“Remarks on the problem of industrial development”), na mesa “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento”, no Seminário Internacional “Resistências à mudança: fatores que dificultam ou impedem o desenvolvimento”, promovido pelo Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, no Rio de Janeiro, em outubro de 1959, com apoio da FLACSO.

Chamava-se “desenvolvimento” uma ideologia e uma política de crescimento econômico através da aplicação do grande capital internacional nas regiões então designadas “subdesenvolvidas”, com intermediação de novas agências internacionais (não apenas financeiras) especialmente constituídas. Aquele Seminário fortaleceu a temática “desenvolvimento” e sua discussão no circuito universitário, contribuindo para constituir uma política de expansão internacional do capital como tema acadêmico, uma forma eficaz de fortalecer aquela política. O confronto que proponho ajuda a distinguir o “desenvolvimento” (aquela política de expansão capitalista) de outras concepções expressas pelo termo desenvolvimento, indicando o componente político desta ambiguidade.

O “desenvolvimento” tornou-se ideologia dominante no Brasil, como em outros países (Cardoso, 1972, 1975, 1978). Indício desta dominância é a dificuldade que enfrentamos para tratar criticamente essa ideia. A política do desenvolvimento faz parte da reorganização do mundo no pós-guerra, quando a nova potência mundial, os Estados Unidos, consolida sua hegemonia através da expansão do capitalismo, ao modo americano. (Ribeiro, 2008) As “teorias” do desenvolvimento/modernização são fundamentais nesta estratégia em direção às regiões “subdesenvolvidas”. (Cardoso, 2005a, 2008).

Nos anos 1950/1960, ocorre expressiva institucionalização da Sociologia na América Latina: implantação de centros regionais de ensino e pesquisa; financiamentos significativos para pesquisa social; promoção de seminários internacionais; ampla circulação de especialistas. (Kahl, 1976, 1988).

Florestan Fernandes

Florestan Fernandes traz a discussão para o campo da teoria sociológica, criticando conceitual, metodológica e político-moralmente o “desenvolvimento”. Questiona as noções de evolução social e de desenvolvimento, lembrando as críticas ao organicismo, ao evolucionismo e à noção de progresso. Não se deixa enredar pelo tema “desenvolvimento”. Substitui “desenvolvimento” como crescimento econômico via capital estrangeiro nos países “subdesenvolvidos” pelo conceito sociológico de desenvolvimento social.

Em sentido lato, pode definir-se, sociologicamente, desenvolvimento social como “multiplicação das formas de interação numa determinada sociedade, acompanhando o desenvolvimento cultural”. (Willems, 1950, p.42) Trata-se de um conceito inclusivo, que compreende todos os fenômenos de mudança que ocorrem através de diferenciação estrutural e

da reintegração funcional de sistemas sociais globais concretos, considerados em condições particulares de tempo e de espaço. (Fernandes, 1960, p.220)

Nem toda mudança é progressiva, pode ser regressiva ou irrelevante para a transformação do sistema social. Ocorre desenvolvimento social sempre que num sistema social haja modificações significativas para o tipo social ao qual pertença. Já evolução social

se aplica aos processos de mudança progressiva, que sejam relevantes para a perpetuação ou a transformação dos tipos sociais propriamente ditos, para os quais tenda, de modo variável, mas constante, em virtude de seus requisitos estruturais e funcionais, determinado conjunto de sistemas sociais globais. (Fernandes, 1960, p.221)

Desenvolvimento social e evolução social descrevem os mesmos fenômenos em níveis diferentes de realidade: desenvolvimento social no nível histórico, referido a sistemas sociais globais concretos; evolução social em nível supra-histórico, referida à formação, duração e sucessão de tipos sociais.²

Segundo Fernandes (1960), grande parte da confusão no uso do conceito de mudança social decorre da “negligência de distinções metodológicas fundamentais”. (p.221) Dependendo da perspectiva adotada e dos objetivos visados, o objeto da investigação, a metodologia a empregar e o alcance dos resultados variam. Aponta problemas metodológicos nas “teorias” do desenvolvimento, indicando diferenciações metodológicas necessárias a cada pretensão analítica (p.222-223):

- 1) Estudar mudança social em determinado sistema social não habilita a estabelecer regularidades de sequência ou a “explicar transformações da ordem social no tempo como um processo unívoco e contínuo”;
- 2) Estabelecer uma situação prévia, na qual dada condição de equilíbrio do sistema é atribuída a fatores conhecidos, indicar determinadas modificações e atribuí-las a fatores “cujos valores funcionais tenham se alterado e/ou a fatores novos” – restringe o alcance da investigação ao sistema social concreto; não permite estabelecer relações entre alterações verificadas e o tipo social para o qual o sistema social tende, nem comparação com outros sistemas sociais análogos. Neste caso estaria a maioria dos estudos modernos sobre mecanização do campo, urbanização, industrialização, etc.;
- 3) Ao pretender definir a importância de determinadas alterações para o tipo social, o objeto do estudo devem ser “os tipos sociais através de suas manifestações particulares concretas”. Para isso, são necessários recursos metodológicos aptos a estabelecer uniformidades de sequência;
- 4) Quando os tipos sociais são o objeto, precisa-se lidar com dados dos diferentes sistemas sociais que tendam para o mesmo tipo, que permitam “explicar os fenômenos de evolução social no tempo supra-histórico”.

Para Florestan, a relação entre ciência e poder assume “magnitude moral”. Exemplifica vínculos entre perspectivas diferentes e a realidade social: Durkheim caracterizando o “estado normal” da sociedade partindo dos requisitos da ordem capitalista; Mannheim e Fromm baseando-se em elementos do colapso e da reconstrução dessa ordem social. As interferências de fatores extra-científicos na ciência são particularmente graves quando as pressuposições adotadas “acabem definindo as próprias diretrizes da investigação” (Fernandes, 1960, p.224). Refere-se ao desenvolvimento. Afirma: “Interesses econômicos e políticos ... deram ao conceito de ‘desenvolvimento’ (e aos problemas correspondentes) um lugar tão relevante, nos círculos leigos, que os cientistas sociais voltaram a preocupar-se pelo assunto.” (Fernandes, 1960, p.220)

Lembro que a política do desenvolvimento foi projetada **para** os países que essa política denomina subdesenvolvidos. Segundo Fernandes (1960), há propostas de mudança social que são subordinadas aos interesses dos setores dominantes, nos países “adiantados” como nos “subdesenvolvidos”, exemplificando o uso da mudança como técnica social:

Por motivos diferentes, os alvos de desenvolvimento social, valorizados tanto nos “países adelantados” ... , quanto nos “países subdesenvolvidos” ... , incentivam mudanças sociais [direta]

ou indiretamente subordinadas aos interesses e aos valores sociais das camadas dominantes na estrutura de poder. (p.224)

Numa estrutura em transformação, o interesse dos dominantes é principalmente permanecer dominante, orientando a mudança no sentido da manutenção da ordem estabelecida.

O que interessa a tais camadas [dominantes], em regra, não é tanto o “progresso social”, como a continuidade de sua posição na estrutura de poder em transformação. Por isso, sua ideologia contém um elemento dinâmico invariável: a valorização das técnicas e dos métodos de desenvolvimento social congruentes com a ordem social estabelecida Sem identificar-se com semelhantes ideologias, o sociólogo não pode admitir, de antemão, que seja pacífico e universalmente defensável o ideal de reproduzir, nas nações subdesenvolvidas do presente, o passado mais ou menos longínquo dos países adiantados da atualidade. (Fernandes, 1960, p.225-226)

O “desenvolvimento” conjuga-se à manutenção da ordem estabelecida. Para aceitar o “desenvolvimento”, o sociólogo precisa aderir a esta ideologia. Diante disso, Fernandes (1960) considera crucial perguntar: **“o sociólogo deve aceitar, passivamente, a condição de apologista das ‘tendências de desenvolvimento’ que, no fundo, asseguram vantagens certas apenas às camadas que se beneficiam diretamente da ordem social existente?”** (p.225)³ Pondera que o sociólogo “deve, somente, tomar cuidados especiais para não se tornar um ingênuo porta-voz ou um agente dócil das referidas camadas [dominantes]” (p.226), e procurar assegurar sua autonomia intelectual.

Conforme Fernandes (1960), a sociedade pode “dar saltos”, portanto deve-se resguardar as possibilidades de “opção autônoma” (p. 226). De forma teoricamente ainda incipiente, relaciona subdesenvolvimento com heteronomia, que mais tarde conceituará como capitalismo dependente. (Cardoso, 1996, 1997, 2005b) Fernandes (1960) considera que existem “alternativas em pugna na cena social” (p.226), que tornam possível a construção de uma alternativa de desenvolvimento autônomo.

Florestan remete a Weber e Durkheim, tendo Marx presente, no fundo (curiosamente num texto escrito em linguagem estrutural-funcional). Quando teoriza, Fernandes (1960) apoia-se nos “investigadores penetrantes e corajosos como Marx e Engels, no passado, ou Mannheim e Freyer, em nossos dias”.

Em linhas gerais, a contribuição positiva desses autores pode ser formulada da seguinte maneira: **bem ponderadas as coisas, não é a sociedade que se transforma; são os homens que transformam a sociedade em que vivem, atuando de forma socialmente organizada sobre suas condições materiais e morais de existência coletiva.** (p.237)

Fernandes (1960) entende que Marx foi o primeiro a considerar os problemas de desenvolvimento social como fenômenos histórico-sociológicos, elaborando uma descrição geral de como esse processo atua nos sistemas sociais históricos.

Dessas interpretações decorre, claramente, um conceito de **desenvolvimento social** como “categoria histórica”. Ele traduz, literalmente, a forma histórica como os homens lutam, socialmente, pelo destino do mundo em que vivem, com os ideais correspondentes de organização da vida humana e de domínio crescente sobre os fatores de desequilíbrio da sociedade de classes. Daí resulta o sentido objetivo peculiar desse processo, que se apresenta, de modo variável, mas universal, como um **valor social**, tanto no comportamento dos indivíduos, quanto nos movimentos sociais. (Fernandes, 1960, p.241)

Importante destacar, Florestan inclui o conceito de sociedade de classes.⁴ Quanto às atitudes e motivações sociais, as trata sempre nos termos de suas vinculações com a estrutura, o funcionamento e as tendências de diferenciação do sistema social.

Parece evidente que não existem atitudes e motivações em si mesmas “desfavoráveis ao desenvolvimento”. Em dado estado de diferenciação e de integração da ordem social, atitudes e motivações poderão se tornar **neutras** ou **adversas** ao desenvolvimento social, se lhes faltarem os requisitos dinâmicos (estruturais e organizatórios), que são indispensáveis à sua manifestação

normal na sociedade de classes. ... Em regra, [essa alternativa] tem conduzido ao solapamento das tendências à mudança social progressiva, graças às influências conservantistas ou particularistas que as classes dominantes podem desencadear, amparando-se em suas posições estratégicas na estrutura de poder. (Fernandes, 1960, p.247-248)

Fernandes (1960) conclui, não sem certa ironia:

Todos os países cujo sistema social se organize segundo os padrões estruturais e funcionais da sociedade de classes enfrentam problemas sociais na área do desenvolvimento social. E, em todos eles, conta entre tais problemas a maneira pela qual as atitudes e motivações interferem negativamente no desenvolvimento social, retardando-o, tumultuando-o ou tornando-o mais oneroso para as coletividades. (p.248)

Florestan critica, detalhada e sistematicamente, em todos os planos analíticos, o “desenvolvimento” como política dos dominantes para a manutenção do capitalismo enquanto sistema. É sociólogo crítico radical, intelectual importantíssimo comprometido com a transformação social.

Gino Germani

Gino Germani é a figura mais expressiva da “teoria” da modernização na América Latina. Segue o estrutural-funcionalismo de tipo parsoniano. Consolidou a Sociologia na Universidade de Buenos Aires, enfatizando os “modernos” métodos e técnicas de pesquisa empírica, com considerável suporte financeiro internacional. Participou ativamente da FLACSO e do CLAPCS, importantes na conformação da sociologia “moderna” no continente. (Blanco, 2006; Kahl, 1976, 1988; Gianni, Franchini & Maderna, 2000)

Adota a formulação comum às “teorias” da modernização/desenvolvimento:

[U]na tipología dicotómica (o también de dos extremos de un *continuum*) que describe los dos opuestos tipos de sociedades situados al comienzo y al final de un proceso de cambio. De este modo la dicotomía “secular-sagrado” (y otros términos equivalentes), constituye el modelo sociológico de un mismo proceso que en economía se describe como **desarrollo económico**, y cuyos puntos extremos equivalentes son los dos esquemas de sociedad no desarrollada y de sociedad desarrollada. (Germani, 1960, p.261)

Trata-se de apropriação peculiar do tipo-ideal weberiano. O modelo mais abstrato e formal constitui as “variáveis-padrão” (Parsons & Shils, 1951): conjuntos de pares de oposições formando tipos ideais extremos polares, ideais porque não existem em forma pura em nenhuma realidade. Um conjunto define características da sociedade que se denomina “moderna”. Por oposição, constitui-se outro conjunto (igualmente ideal), que se denomina sociedade “tradicional”/“primitiva”. No suposto *continuum* entre esses polos opostos pode-se designar ilimitadas posições intermediárias.

Para Germani, seguindo Parsons,⁵ que segue Weber, a secularização é traço dos mais característicos da sociedade “moderna”. Refere-se a mudança na organização social compreendendo três requisitos funcionais gerais para uma sociedade industrial: ação social preponderantemente **eletiva** (preferencialmente de tipo racional – racionalidade instrumental), antes predominantemente **prescritiva**; institucionalização da mudança, e não mais do tradicional; crescente diferenciação e especialização das instituições.

Para definir secularização, utiliza-se como critério “las condiciones mínimas de funcionamiento de un tipo de organización social compatible con los requerimientos del desarrollo económico.” (Germani, 1960, p.265) É este o procedimento: parte-se de uma dada finalidade visada; busca-se suas características; toma-se estas características como se fossem características do processo social como tal; com elas, monta-se conjuntos de variações que formariam o processo social “histórico” – claro que na direção da finalidade desejada. Procedimento tautológico, portanto.

Parsons pretende construir uma teoria geral da sociedade. Assume explicitamente o evolucionismo determinista, em que etapas (que fazem a vez do que teria sido uma história) sucedem-se em direção ao “progresso”, marcando nitidamente a superioridade da última etapa. (Parsons, 1964,

1966) Germani não parece sentir-se confortável dentro desse evolucionismo, que entretanto fundamenta a argumentação das “teorias” da modernização. Mas Germani continua considerando a modernização o seu grande eixo analítico.

Embora seguidor de Parsons, Germani não parece acomodar-se completamente a algumas marcas do seu funcionalismo. Menciona-se um “último Germani”, por ter reformulado substancialmente teses antes centrais. (Buccafusca, Serulnicoff & Solari, 2000) Parsons elabora conjuntos logicamente articulados de definições nominais, focalizando, *a posteriori*, os dados factuais. É seu viés abstrato-formal. Germani não se adapta bem a esta inconsistência ao estudar realidades: Argentina, América Latina, peronismo, fascismo. São suas tentativas de conectar definições formais com a empiria que autorizam até certo ponto considerar que, nas pesquisas empíricas, Germani tenta lidar com “la especificidad de ciertas características estructurales de la región [America Latina] así como la existencia de resultados del proceso de modernización que en esta parte del mundo resultaban ser divergentes respecto del patrón occidental”. (Blanco, 2006, p.38)

Germani (1960) considera difícil tratar estas questões em termos estritamente científicos, sem interferências valorativas e ideológicas. Concede que no seu texto “difícilmente podrán evitarse todas las connotaciones aludidas”. (p.265) Admite que a secularização/modernização possa requerer formas “não-liberais”.

Aunque sobre este punto es difícil llegar a una contestación que permanezca al margen de las controversias ideológicas, parece que puede admitirse en general que el surgimiento de la sociedad industrial puede acompañarse tanto de formas “liberales” como “no liberales” ... : siempre que ambas logren llevar a cabo la secularización en los tres aspectos de la ciencia, la tecnología y la economía. (Germani, 1960, p.267-268)

Recorde-se que a política do desenvolvimento/modernização na América Latina recorreu a ditaduras civil-militares que estabeleceram o terror de Estado para promover a modernização a todo custo.

Germani pensa a relação de ciência e técnica com o desenvolvimento econômico enquanto **condições necessárias e obstáculos** ou resistências. Vincula a ciência natural **diretamente** ao desenvolvimento. O vínculo das ciências sociais é menos imediato, porque depende da transformação da organização social e das relações interpessoais. Identifica a Sociologia científica com o que ele próprio representa na América Latina, que seria uma ruptura radical com todo o “pensamento social” anterior. Para Germani, as resistências principais à secularização e, conseqüentemente, à Sociologia científica, decorrem da persistência de valores da sociedade tradicional, argumento que desqualifica desde logo seus críticos como resíduos da velha ordem tradicional/arcaica/primitiva.

Germani (1960) relaciona **ciência** com desenvolvimento, e resistência ao desenvolvimento com **ideologia**. “Empíricamente la mayoría de las resistencias se darán como conflictos entre grupos y en buena parte de los casos (no en todos, por supuesto) asumirán expresión ideológica.”(p.277) Curiosamente, conclui: “la posibilidad de transcender el nivel ideológico del conflicto estará en ahondar la investigación de la sociedad industrial.” (Germani, 1960, p.279) Desloca o objeto de investigação para “o desenvolvido”, evitando assim o confronto com as análises (supostas ideológicas) do subdesenvolvimento.

As “teorias” do desenvolvimento/modernização foram severamente criticadas. (Wallerstein, 1979, 1994, 2000; Latham, 2000; Therborn, 2001; Gilman, 2003; Engerman, 2004; Engerman, Gilman, Haefele & Latham, 2003; Ribeiro, 2002, 2008; Cardoso, 2005a, 2008) Evidencia-se seu pouco dissimulado viés ideológico ocidentalizante ou americanizante (exatamente quando da construção e consolidação da hegemonia norte-americana), seu determinismo mecanicista e evolucionista, sua pretensão de “fundamentar” em termos supostamente científicos uma determinada política, que atendia aos interesses do grande capital internacional.⁶

C. Wright Mills

Penso que uma das chaves para a construção do mito do desenvolvimento (Rist, 1996, 2000; Rist & Sabelli, 1986) foi a invenção do subdesenvolvimento substituindo a oposição mundo pobre/mundo rico. São leituras distintas da flagrante diferença entre qualidades de mundo existentes. Designar o “terceiro” mundo como “sub” reduzia a diferença de qualidade a apenas “menos que”, apresentava o “desenvolvido” como ponto de chegada e o desenvolvimento como a direção para “chegar lá”. Um verdadeiro “achado”.

Mills percebeu a possibilidade de expor essa lógica, contrapondo **superdesenvolvido** a **subdesenvolvido** e questionando “O Desenvolvido” como meta. A noção de superdesenvolvido parece abrigar também algo como super-maduro.⁷ Superdesenvolvido, que à primeira vista parece um excesso positivo, pode constituir um questionamento da própria base das definições que estruturam o “desenvolvimento”.

Quando pensamos sobre “a sociedade subdesenvolvida”, devemos pensar também sobre “a sociedade superdesenvolvida”. Se não o fizermos, tenderemos a pensar em tudo se movendo para O Desenvolvido. É a velha noção do evolucionismo do século XIX. E isto já não é uma ideia muito fecunda. Segundo, pensar os tipos polares nos conduz a pensar sobre um terceiro tipo – um ideal que devemos ter sempre em mente: a sociedade em desenvolvimento adequado. (Mills, 1960, p.281)⁸

Mills (1960) questiona o desenvolvimento, vincula-o à matriz evolucionista do século XIX. Apresenta um terceiro tipo, constituído **fora** da “evolução” subdesenvolvido/desenvolvido, com características **outras**, rompendo com a lógica de construção da modernização/desenvolvimento. “Numa sociedade em desenvolvimento adequado, devo pensar que os homens poderão escolher entre vários estilos de vida, e que nenhum deles seja dominado por uma luta por meros padrões de vida mínimos.” (p.282) Critica a sociedade superdesenvolvida: porque sua produção é conspícua, abriga demasiado desperdício, coloca o princípio da moda em quase tudo, opera com obsolescência planejada nos sistemas econômico e social. Refere-se particularmente à sociedade norte-americana.

Em 1959, Mills apresenta uma **alternativa** (ideal) ao desenvolvimento então proposto. Entendo que sua proposição tem alcance sociológico e político importantes. Coloca as discussões correntes nos círculos intelectuais e politizados: discutia-se o desenvolvimento; discutia-se, porém, de forma mais abrangente, a sociedade atual e alternativas para sua transformação.

A alternativa apresentada por Mills implica criticar os modelos existentes: o capitalista e o comunista soviético. Quais os seus protagonistas? No capitalismo, o empresariado capitalista clássico. Para Mills, o modelo soviético era o primeiro exemplo histórico de industrialização sem uma classe capitalista. Menciona “industrialização forçada” e “capitalismo substituto”. Mas recorre ao quadro ideológico da Guerra Fria ao justificar o desenvolvimento enquanto contenção da expansão comunista.

Karl Marx estava completamente errado, o comunismo não surge **depois** do capitalismo, nem se expande muito bem **dentro** dele. ... A falha mundial do capitalismo, fracassando em industrializar o mundo, é uma das condições de sucesso do comunismo. Somente em países subdesenvolvidos ou muito pouco desenvolvidos o Partido Comunista realizou grandes avanços e conquistou poder. (Mills, 1960, p.208)

Estudiosos reconhecem contradições em Mills. Aqui ele parece contradizer o início do seu texto. Confrontando os modelos existentes, recorre ao argumento em que desenvolvimento e segurança (nacional) eram pensados conjugadamente, porque o subdesenvolvimento seria campo propício à expansão comunista, donde o desenvolvimento seria barreira adequada àquela suposta expansão. O desenvolvimento seria estratégico para a segurança do capitalismo, bem conforme a concepção do *containment*. (Keenan, 1932) Aí, Mills adota o argumento ideológico de fundo da política do desenvolvimento: o capitalismo falhava (deixando espaço para o comunismo) por não “industrializar” o mundo. De fato, porém, naquele momento, mais importante do que conter (suposta expansão) era

expandir o capital mundo afora, em direção às áreas “subdesenvolvidas”. O *containment* era uma ideologia, que dava sentido à Guerra Fria. (Cummings, 1999)

Apesar de ambiguidades e contradições, Mills coloca questões muito relevantes. Os grandes temas do Seminário são “mudança” e “resistências”, mudança planejada e estrutural, da sociedade como um todo, em tempo acelerado e na direção da sociedade superdesenvolvida. Diz Mills (1960): “Devemos perguntar: quais mudanças? em qual tempo? em qual direção? e quais são as condições requeridas?” (p.282) Estas podem ser questões meramente operacionais. Considerando o conjunto do texto, entretanto, elas supõem a existência de perspectivas (no plural) reais, em que alternativas poderiam ser abertas. É algo diferente e fora do determinismo evolucionista da modernização.

Mills (1960) não acredita que as condições objetivas permitam concretizar as metas econômicas propostas pelo desenvolvimento. Industrialização requer aumento da produtividade agrícola, criando excedente a aplicar em bens de capital na indústria, mantendo-se níveis baixos de consumo.

Eu não penso que vocês possam escapar destes simples fatos evidentes, e não penso que possam acreditar que o montante de ajuda que venha a ser dada pelos países já desenvolvidos lhes permita escapar delas. ... O critério [de] ajuda parece ser se o país receptor é ou não militarmente relevante. (p.282-283)

Acercando-se das questões econômicas sob o prisma político-militar, Mills recorre novamente à concepção da Guerra Fria de que prevaleceriam no desenvolvimento as razões de segurança nacional. É esse ângulo que lhe permite considerar o fluxo de capitais externos necessários para o crescimento econômico como “ajuda”. Entretanto, parece mais adequado supor que fortes interesses do grande capital se conjugavam com estratégias político-ideológico-militares, assim construindo e consolidando a hegemonia norte-americana no mundo.

Segundo Mills (1960), há forças econômicas, dentro e fora dos países subdesenvolvidos, contra a industrialização rápida. Conclui que o protagonismo dessa industrialização naquele momento teria que ser essencialmente político:

Nosso problema é basicamente um problema político. Até para estabelecer temas sociológicos se requer pensar em termos das mediações políticas que pretendemos utilizar, porque a menos que tenham sido criados primeiramente os meios de poder suficientes para realizar a tarefa, e a menos que estes meios sejam suficientemente centralizados para que as decisões humanas façam a diferença, não podemos falar de uma mudança estrutural do tipo que temos em mente quando falamos de desenvolvimento industrial. (p.285)

Considerando as cliques, classes e instituições dirigentes nos países subdesenvolvidos, diz Mills (1960):

Por que eles **deveriam** querer mudar? Frequentemente o aparato político no país subdesenvolvido é cheio de **capitalistas políticos**. Às vezes, de fato, o aparato dirigente é uma rede de atividades ilícitas (*rackets*): homens que têm sucesso e permanecem à frente na expectativa de que coisas possam ser feitas não legitimamente. Como sociólogos, é melhor estudarmos esse tipo de coisa como um “obstáculo”. Penso que isso é frequentemente mais importante do que o “tradicionalismo” da população nativa e muitos outros problemas semelhantes. ... Claro, a sociedade superdesenvolvida também é uma rede de atividades ilícitas (*rackets*).” (p.285)

A visão de Wright Mills sobre a política institucionalizada e os dirigentes políticos (não somente nos países subdesenvolvidos) é devastadora.

Mills (1960) pensa a democracia dentro deste quadro político e sob a pressão dos fatores econômicos implicados no desenvolvimento. Diz: “Podem vocês alcançar uma rápida acumulação de capital, com tudo que isto envolve para o nível de consumo, dentro de um sistema democrático? Eu duvido absolutamente disso ...” (p.285) Não acredita que o desenvolvimento acelerado possa ocorrer sob um sistema democrático. Como requer mudança profunda do poder, seria previsível que não se realizasse respeitando os valores democráticos.

Eu não acredito que a URSS ou os EUA sejam de modo algum uma democracia substantiva. Ou seja, não acredito que qualquer delas seja uma sociedade em desenvolvimento adequado. ... O problema da sociedade subdesenvolvida é alcançar um desenvolvimento material superior, de um tipo que evite as tristes características da sociedade superdesenvolvida e consequentemente torne possível uma variedade de seres humanos, de estilos de vida, talvez nunca antes visto na história humana. (Mills, 1960, p.286)

Mills não está falando de Democracia como equivalente a capitalismo. Fala de democracia substantiva, que abrigue liberdade de escolha, variedade de seres humanos, variedade de estilos de vida, o que, para Mills, nem Estados Unidos nem União Soviética contemplam. Se queremos democracia substantiva, nenhuma destas sociedades devemos tomar como modelo. Afirma: “você estão realmente por sua própria conta: a resposta para vocês não se encontra na história da Europa, nem nos Estados Unidos ou na União Soviética contemporâneos.” (Mills, 1960, p.286) A questão é política e está em aberto: não há modelo a ser seguido. Conclui:

Talvez seja bom que vocês encontrem **obstáculos** àqueles tipos de desenvolvimento. Meu próprio desejo é que vocês liberem sua imaginação cultural de todos esses outros modelos, especialmente o da América do Norte, e pensem livremente sobre o que vocês realmente querem. Neste caso, “pensamento utópico” significa meramente que vocês imaginem toda a gama de alternativas que possam existir, e então considerem as condições de cada uma delas, e as consequências psicológicas e humanas de cada uma. Até que façam isto, eu realmente não compreendo como possam considerar adequadamente os obstáculos para alcançar desenvolvimento industrial de tipo humano. (Mills, 1960, p.286-287)

Sociólogo crítico, C. Wright Mills é um intelectual independente, atuante, importantíssimo. Inspirou gerações “para fora da apatia”, como no *Port Huron Statement*. (Hayden, 2005)⁹

Referências bibliográficas

- Blanco, A. (2006). “Estudio preliminar”. In Blanco, A. (2006) (pp. 9-48).
- Blanco, A. (2006) *Gino Germani: la Renovación Intelectual de la Sociología* (Selección de textos y estudio preliminar de Alejandro Blanco). Buenos Aires: Editorial Universidad Nacional de Quilmes.
- Buccafusca, S. M., Serulnicoff, M. L. & Solari, F. (2000). Temperatura de época: Gino Germani y la fundación de la carrera de sociología. In González, H. (Comp.) (2000).
- Cardoso, M. L. (1972). *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Sociologia.
- Cardoso, M. L. (1975). *La ideología dominante – Brasil / América Latina*. México: Siglo XXI.
- Cardoso, M. L. (1978). *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. (1ª ed., 1977). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cardoso, M. L. (1996). Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos Avançados*, 10 (26), jan/abril. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo.
- Cardoso, M. L. (1997). *Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes*. Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo (Coleção Documentos – Série História Cultural nº 6), julho de 1996; re-publicado *Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes*. *Idéias* (Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp), 4, 1/2, jan./dez.
- Cardoso, M. L. (2005a). *Teorias da modernização e expansão capitalista*. XII Congresso Brasileiro de Sociologia, GT 20 – Sociedade e Estado na América Latina, Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, 31 de maio a 03 de junho.

- Cardoso, M. L. (2005b). Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In Osmar Fávero (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Cardoso, M. L. (2008). *Construindo o mundo do pós-guerra: a teoria da modernização*, XXV Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 22 a 26 de agosto de 2005. Publicado Cardoso, M. L. (2008). Construyendo un mundo de posguerra – la teoría de la modernización. In Rodríguez, A. B., G. L. Benítez & M. A. Baeza (Coords.) (2008). *Imaginario sociales latinoamericanos. Construcción histórica y cultural*. Chiapas: Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas; México, D. F.: Instituto Politécnico Nacional (pp. 49-64).
- Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1960). *Resistências à mudança. Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento*. Anais do Seminário Internacional “Resistências à mudança. Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”, Rio de Janeiro, outubro de 1959. Rio de Janeiro: (CENTRO), publicação nº 10.
- Cummings, B. (1999). The American Century and the Third World. *Diplomatic History*, 23, 2, 355-370.
- Engerman, D. C. (2004). The Romance of Economic Development and New Histories of the Cold War. *Diplomatic History*, 28, I (Jan).
- Engerman, D. C., Gilman, N., Haeefe, M. H. & Latham, M. E. (2003). *Staging Growth: Modernization, Development, and the Global Cold War. Culture, Politics and the Cold War*. Amherst: University of Massachusetts Press.
- Evans, P. (1988). Introduction to the Second Edition: The Role of Third World Perspectives in the Comparative Study of Development. In Kahl, J. A. (1988).
- Fernandes, F. (1960). Atitudes desfavoráveis ao desenvolvimento. In Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1960).
- Germani, G. (1960). Secularización y desarrollo económico. In Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1960).
- Gianni, A., Franchini, P. & Maderna, F. (2000). En los dominios de la “neutralidad científica”. La actividad sociológica como financiamiento y olvido. In González, H. (Comp.). (2000).
- Gilman, N. (2003). *Mandarins of the Future. Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press.
- González, H. (Comp.) (2000). *Historia Crítica de la Sociología Argentina: los raros, los clásicos, los científicos, los discrepantes*. Buenos Aires; Ediciones COLIHUE.
- Hayden, T. (2005). *The Port Huron Statement. The Visionary Call of the 1960s Revolution*. With a new Introduction by the Author. New York: Thunder’s Mouth Press. First published by Students for a Democratic Society, The Student Department of the League for Industrial Democracy, New York, 1962.
- Kahl, J. A. (1976). *Modernization, Exploitation and Dependency in Latin America: Germani, González Casanova and Cardoso*. New Brunswick, New Jersey: Transactions Books.
- Kahl, J. A. (1988). *Three Latin American Sociologists: Gino Germani, Pablo González Casanova, Fernando Henrique Cardoso*. With a new introduction by Peter B. Evans. New Brunswick, New Jersey: Transactions Books.
- Kennan, G. F. (1932). Memorandum for the Minister. In Robert Skinner to the Secretary of State, 19 August, State Department Decimal File, ..., 861.5017 Living Conditions/510.
- Latham, M. E. (2000). *Modernization as Ideology. American Social Science and “Nation Building” in the Kennedy Era*. Chapel Hill & London. The University of North Carolina Press.
- Mills, C. W. (1960). Remarks on the problem of industrial development. In Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1960).

- Mills, C. W. (2008). *The Politics of Truth. Selected Writings*. Selected and introduced by John H. Summers. New York: Oxford University Press.
- Parsons, T. (1964). Evolutionary Universals in Society, *American Sociological Review*, 29 (June), 339-357.
- Parsons, T. (1966). *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Parsons, T. & Shils, E. (1951). *Towards a General Theory of Action*. Cambridge: Harvard University Press.
- Peña, M. (sob pseudônimo Alfredo Parera Dennis) (1964). Gino Germani sobre C. W. Mills o las enojosas reflexiones de la paja seca ante el fuego. *Fichas de Investigación Económica y Social*, 1, 2 (julio).
- Ribeiro, F. D. (2002). *Para uma crítica da idéia de desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, História Social.
- Ribeiro, F. D. (2008). *Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 2013-08-14, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04072008-160534/>
- Rist, G. (1996). *Le développement: histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Rist, G. (2000). *The history of development: from western origins to global faith* (3ª impressão). London & New York: Zed Books.
- Rist, G. & Sabelli, F. (Orgs.) (1986). *Il était une fois le développement...*. Lausanne: Éditions d'en bas.
- Sklair, L. (Ed.) (1994). *Capitalism and development*. London & New York: Routledge.
- Summers, J. H. (2008). New Men in Power, Introduction to Mills, C. W. (2008).
- Schelke, W., Krauth, W. H., Kohli, M. & Elwert, G. (2001). *Paradigms of Social Change: Modernization, Development, Transformation, Evolution*. St. Martin's Press.
- Therborn, G. (2001). "Modernization" Discourses, their Limitations and their Alternatives. In Schelke, W., Krauth, W. H., Kohli, M. & Elwert, G. (2001).
- Tort, P. (Dir.) (1996a). *Dictionnaire du Darwinisme et de l'Évolution*. Paris: PUF.
- Tort, P. (1996b). *Spencer et l'évolutionnisme philosophique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Wallerstein, I. (1979). *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press & Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- Wallerstein, I. (1994). Development: Lodestar or Illusion? In Sklair (1994).
- Wallerstein, I. (2000). *The essential Wallerstein*. New York: New Press.
- Willems, E. (1950). *Dicionário de Sociologia*. Porto Alegre: Ed. Globo.

Notas

¹ Versão resumida.

² A utilização que Florestan faz de tipo social remete a Durkheim. Entretanto, penso que o trata apoiando-se no conceito de modo de produção em Marx. Esta leitura coloca problemas teórico-metodológicos difíceis, que estudo na minha pesquisa em andamento.

³ Nas citações, todo negrito é do original.

⁴ Florestan eventualmente utiliza sociedade de classes como equivalente a ordem social capitalista.

⁵ Chama a atenção o fato de Germani “teorizar” o sistema social e a modernização seguindo passo a passo as formulações originais de Parsons. Peña (1964) chega mesmo a falar de “la definición ginoparsoniana de la sociedad tradicional”. (p.45)

⁶ “Uma politizada geração mais jovem, nos Estados Unidos como na América Latina, atacou a abordagem da modernização como uma auto-interessada justificação para a penetração dos EUA no Terceiro Mundo.” (Evans, 1988) Sobre o evolucionismo e sua crítica, consultar Tort, 1996a e 1996b; Ribeiro, 2002.

⁷ Em português se usa a expressão “passada”, como uma fruta “passada”, madura demais.

⁸ As citações de textos em inglês (de Mills, Evans e Hayden) são traduzidas pela autora.

⁹ “Apatia, viemos a suspeitar, foi o que os administradores e técnicos do poder realmente desejaram. Apatia não foi falta nossa, não um acidente, porém mais propriamente o resultado de engenharia social por aqueles que dirigiam as instituições que nos ensinavam, nos empregavam, nos entretinham, nos recrutavam, nos aborreciam, nos controlavam, queriam que nós aceitássemos a impossibilidade absoluta de uma outra maneira de ser. Foi por esta razão que nossa retórica enfatizou ‘pessoas comuns’ desenvolvendo-se ‘para fora da apatia’ (o termo foi de C. Wright Mills), a fim de ‘fazer história’”. (Hayden, 2005, p.5)